



## SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

### Sessão Solene de Abertura do Ano Judicial de 2010

#### *Discurso do Procurador-Geral da República*

Dr. Pinto Monteiro

Passa hoje como moeda corrente a ideia força de que a Justiça está em profunda crise, de que há Justiça para ricos e Justiça para pobres, de que o arrastar dos processos judiciais afasta o cidadão dos tribunais e de que essa falta de confiança arruína a economia e mina os alicerces do Estado de Direito.

Dizem alguns e insinuam outros que os sinos dobram pela Justiça em Portugal. Os sinos dobrarão por todos nós um dia, mas não aqui e agora pela Justiça.

São ideias que, partindo de um descontentamento natural e justificado, foram ampliadas, distorcidas, e depois divulgadas até à exaustão.

Sai-se da parte para o todo, do parcial para o total. No que respeita ao Ministério Público, único interveniente judiciário de que me cabe falar, a visão catastrófica de uma Justiça ineficiente não tem correspondência com a realidade.

A comunicação social ocupa-se, quase exclusivamente ou muito principalmente, de meia dúzia de processos que pelas suas particularidades, complexidade e qualidade de alguns intervenientes, atraem a atenção do cidadão. E de facto nem sempre a investigação tem sido exemplar em alguns desses casos.

Esquece-se, contudo, que correm termos no país cerca de 550 mil inquéritos e que têm sido muitos os sucessos na investigação levada a cabo pelos Magistrados do Ministério Público com a colaboração indispensável dos Órgãos de Polícia Criminal. Nunca como agora se investigou tanto a actividade bancária, a fuga ao fisco, os crimes ambientais, os crimes urbanísticos, o mundo do desporto. Quando se diz que em Portugal há hoje mais casos de corrupção do que no passado, tal não corresponde à verdade. O que acontece é que há mais casos investigados e por isso estatisticamente os números são maiores.

Recorde-se ainda o combate que levou à diminuição acentuada da violência escolar.

Esquecem-se os vários êxitos que, por exemplo, os DIAP's e as Equipas Especiais e Unidades Especiais têm tido no combate ao crime organizado e altamente violento. Recordem-se os crimes da "Noite do Porto", os gangs do Multibanco e de vários outros gangs, os chamados crimes do poço ou do avião, o tráfico de pessoas, os casamentos de conveniência, entre muitos.

E saliente-se a acentuada melhoria que vem existindo na articulação e na cooperação entre o Ministério Público e os Órgãos de Polícia Criminal, com os inerentes reflexos positivos na luta diária contra o crime.

Mas não só na área criminal, onde o Ministério Público detém o exercício da acção penal.

Tem merecido especial atenção a defesa do cidadão contra cláusulas abusivas insertas em contratos de adesão, o que originou a propositura de várias acções nos Tribunais Cíveis, a protecção de crianças, a defesa dos idosos. Em todos esses campos, como em muitos outros, o Ministério Público tem actuado com empenho, seriedade e eficiência.

É evidente que se está muito longe da obtenção dos resultados pretendidos. É necessário melhorar, actuar com maior celeridade, aprofundar o combate em vários campos, como a corrupção, por exemplo. Para isso é preciso um Ministério Público que não se deixe funcionalizar, que se especialize, que acredite naquilo que faz e que veja depois reconhecido todo o seu esforço e dedicação.

Essa aspiração de melhoria é corrente nos vários países e sistemas com que tenho contactado como Procurador-Geral da República.

Mas, perguntar-se-á: como melhorar a Justiça, como levar ao cidadão a ideia de que a Justiça está, efectivamente, ao seu serviço?

Já anteriormente defendi que, antes de mais, haverá que ultrapassar uma visão da Justiça como sede de um poder superior e distante, quase sagrado, visando a produção de decisões formalmente irrepreensíveis mas aparentemente desinteressado de saber até que ponto o seu labor será realmente produtivo e consequente na vida



## SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

dos interessados, para se assumir a administração da Justiça como um verdadeiro serviço público, que o Estado democrático não poderá deixar de proporcionar aos seus cidadãos.

O direito positivo deverá tornar-se o mais relevante e visível cimento duma sociedade moderna e pluralista, aplicado na vida de todos os dias e pronto a ser actualizado e concretizado com coerência e consistência de modo por todos perceptível e assimilável através da actividade quotidiana dos tribunais.

Para os profissionais forenses essa mudança exige-lhes que actuem de forma cada vez mais transparente e eficiente, de modo a tornar verdadeiramente credível uma Justiça que terá que dar uma efectiva resposta às preocupações quotidianas dos cidadãos, ainda que não possa nem deva dá-la quanto a todas as questões colocadas, nos precisos termos que poderão ser pretendidos pelos interessados.

Em qualquer caso, não é possível recuar neste caminho de permanente concretização judiciária dos direitos e deveres gerais e abstractos que as leis cada vez mais prevêem, não só em benefício dos interessados nos processos que correm nos tribunais, mas também dos cidadãos em geral, que legitimamente esperam da actividade judiciária orientações e linhas de enquadramento de uma vida social cada vez mais complexa e multifacetada.

O direito existe para resolver os problemas concretos da vivência social quotidiana, não se podendo por isso esgotar em meras concepções abstractas.

É preciso assim conjugar a teorização do direito em si, tão cara a juristas de vários quadrantes, com uma teorização da prática jurídica e judiciária.

Impõe-se adaptar os Códigos à realidade vivida neste início do séc. XXI. Os tempos evoluíram e um Código de Processo Civil, por exemplo, tal como hoje existe em Portugal, está claramente desajustado da celeridade da vida económica, das novas figuras financeiras, da própria realidade social e familiar. Isto, sem esquecer o aumento colossal de processos que ocorreram nos tribunais cíveis portugueses logo após o 25 de Abril.

Esse Código, apesar das variadas alterações e retoques, vem de 1939 e está concebido para um outro tempo. Em campos como a acção executiva a ineficácia atingiu o seu ponto máximo.

E isso sim, constitui um grande entrave ao investimento estrangeiro, à economia do país. Mas, sejamos sérios: não são os Magistrados que têm culpa dessa situação.

Também a criminalidade de hoje é diferente da de ontem e, especialmente nos chamados crimes económicos, é preciso um grande investimento de saber e de meios, para ser possível um combate eficaz.

No que ao Ministério Público em particular diz respeito, torna-se necessário um novo Estatuto e uma nova Lei Orgânica. Diplomas que, reafirmando clara e inequivocamente que o Ministério Público é uma magistratura autónoma e hierarquizada, procedam a uma clara definição de competências, permitam uma reorganização dos Departamentos, eliminem burocracias difíceis de cumprir em tempo útil, consagrem a especialização, premeiem quem trabalha, dignifiquem e prestigiem os magistrados.

É preciso, como várias vozes lúcidas o têm afirmado, eliminar uma visão de um corporativismo fora de época, que se vem afirmando cada vez mais e que só pretende beneficiar alguns em detrimento de outros. A Justiça está, como disse, ao serviço do cidadão e é em benefício deste que o Ministério Público goza de autonomia, que não em benefício próprio.

O poder político tem que o afirmar inequivocamente e sem medos, clarificando o que é o Ministério Público e o que dele se pretende em prol da Justiça e do cidadão.

Mas não só essa definição de princípios está em causa. Importa descer ao pormenor do dia-a-dia para mais facilmente se perceber o que dificulta o exercício diário da Justiça.

Se numa investigação criminal se tornar necessário um exame a uma arma de fogo, recebe-se do Órgão de Polícia Criminal competente a informação de que o exame demorará um mínimo de 300 dias; se tiver que ser realizado um exame contabilístico, quase sempre indispensável nos chamados crimes de "colarinho branco", desespera-se enquanto o mesmo se arrasta no tempo; um exame no laboratório de Polícia Científica, não obstante os esforços e a competência de quem aí trabalha, demora longos meses; um exame grafológico perde-se no tempo; um simples exame a uma cassete "pirata" ou a DVD's e CD's não tem resposta pronta.

Por outro lado, a colaboração internacional, não obstante os variadíssimos organismos existentes, está muito longe de ser eficaz.

Tenho observado com algum espanto que a nossa lentidão é mais rápida do que a "celeridade" de várias prestigiadas Instituições estrangeiras.

É verdade que tudo isto impede a eficácia da investigação, que acaba por se prolongar no tempo para além do razoável.

É por isso imperioso que sejam facultados às entidades competentes para os exames, para as perícias, para as reconstituições, meios técnicos e humanos que lhes permitam uma resposta pronta ou então que se encontre forma legal de prescindir do seu concurso.

Assim é que não é possível responder, nem é possível arcar com responsabilidades que não cabem ao Ministério Público.



## SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Senhor Presidente da República

Excelência.

Digo hoje, como nos anos anteriores, que a presença prestigiante de Vossa Excelência é fundamental neste início simbólico do ano judicial. A Justiça tem sido, sei bem, uma das preocupações do Presidente da República. Espero que seja possível a todos os intervenientes no processo judiciário livrar Vossa Excelência de algumas dessas preocupações.

Uma palavra de muito apreço para o Senhor Presidente da Assembleia da República, que, com grande elevação, preside à Casa que por excelência é o local privilegiado para discutir os mais importantes Diplomas que respeitam à Justiça.

Senhor Ministro da Justiça

Tem Vossa Excelência neste início de mandato, procurado com determinação detectar e resolver algumas das pequenas/grandes coisas que ajudam a emperrar a máquina da Justiça. Contará Vossa Excelência com a pronta e franca colaboração do Procurador-Geral da República, sempre que a intenção seja proporcionar ao Povo Português uma melhor Justiça.

E por falar em Justiça não posso deixar de fazer uma especial saudação ao anterior Ministro da Justiça, com quem tive muito gosto em trabalhar.

Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e Senhor Bastonário

Mantendo cada um de nós a sua posição e perspectivas sobre a Justiça que temos e a Justiça que pretendemos para o cidadão, não posso deixar de salientar que têm sido boas as relações institucionais, com uma colaboração sempre útil e frutuosa.

Para terminar permitam-me uma palavra amiga para todos aqueles, magistrados e funcionários, com quem tive o gosto de trabalhar durante anos neste Supremo Tribunal de Justiça.

Obrigado pela atenção.



## SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

### Sessão Solene de Abertura do Ano Judicial de 2010

---

#### ***Discurso do Bastonário da Ordem dos Advogados***

Dr. António Marinho Pinto

Este é o terceiro ano consecutivo em que tenho a honra de, em nome dos Advogados Portugueses, usar da palavra nesta cerimónia solene.

Nas edições anteriores fiz diagnósticos pouco elogiosos para a justiça e para o funcionamento de algumas das suas instituições. E, infelizmente, não há motivos para mudar de perspectiva.

Em Portugal, como em qualquer estado de direito democrático, a administração da justiça assenta em três pilares (o Juiz, o Procurador da República e o Advogado), a que corresponde, respectivamente, a função jurisdicional (dizer o direito para os concretos litígios judiciais), a função de representar o estado (que consiste na titularidade em exclusivo da acção penal e na titularidade dos interesses punitivos do estado) e a função de representação dos interesses jurídicos dos cidadãos (através do patrocínio forense).

As três funções têm assento na Constituição da República Portuguesa, o que significa que qualquer delas é imprescindível à administração da justiça.

Nenhum tribunal pode funcionar se faltar um desses pilares ou se algum deles estiver subalternizado ou diminuído na sua dignidade própria.

O que se passa hoje em Portugal é que a representação dos cidadãos está subalternizada, enquanto a representação do estado, a cargo do Ministério Público, está desproporcionadamente favorecida.

Os pratos da balança estão muito desequilibrados e o fiel inclina-se acentuadamente para um dos lados.

Juízes e Procuradores convivem no exercício das respectivas funções, quase da mesma forma que conviveram durante os tempos da formação no Centro de Estudos Judiciários.

Trabalham lado a lado, almoçam juntos, viajam juntos, entram e saem juntos das salas de audiência e, muitas vezes, discutem juntos aquilo que deveriam analisar e decidir em separado.

Há casos em que o juiz entra na sala de audiências já com o despacho preparado para decidir a promoção que o magistrado do MP previamente lhe comunicou, sem que a defesa disso tivesse conhecimento.

Por outro lado, a realidade judiciária demonstra que os magistrados do MP representam-se mais a si próprios do que à República de que são Procuradores; ou então actuam orientados pela particular visão que, em cada momento, cada um deles tem dos interesses do estado.

No mesmo processo, com os mesmos factos, as mesmas provas, as mesmas leis, o MP, frequentemente, tem uma posição na 1ª instância, tem outra, diametralmente oposta, na segunda e, por vezes, ainda consegue ter uma terceira diferente das anteriores, no Supremo Tribunal de Justiça ou no Tribunal Constitucional.

Na verdade não podemos deixar de constatar que os Procuradores da República agem, em Portugal, com total independência, como se fossem juízes e, pior do que isso, também verificamos que muitos juízes actuam como se fossem Procuradores.



## SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Na justiça penal os julgadores, em regra, não têm uma posição de rigorosa equidistância em relação à defesa e à acusação - em relação às pretensões punitivas do estado e aos direitos dos arguidos.

E isso não é só nos tribunais. Se atentarmos no discurso público de alguns juízes, pretensamente falando em nome de todos, vemos claramente que esse discurso se confunde com o discurso dos magistrados do MP e, por vezes, até, com o das polícias.

Eles reivindicam permanentemente mais escutas telefónicas, mais segredo de justiça, mais detenção, mais prisão preventiva.

Os sindicatos dos juízes, dos procuradores e das polícias estão quase sempre unidos nas mesmas reivindicações, ou seja, reclamando leis que lhes permitam deter mais, escutar mais, silenciar mais, prender mais e sempre durante mais tempo.

Exmo. Senhor Presidente da República  
Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República  
Exmo. Senhor Primeiro Ministro

Em Portugal, a luta política está judicializada e, pior do que isso, há sinais evidentes de que a justiça está politizada.

Grande parte do debate político tem vindo a fazer-se em torno dos problemas da justiça, não com o objectivo de encontrar soluções consensuais e duradouras, mas sim para ver quem desses problemas tira os maiores dividendos políticos.

Uma parte importante da luta política tem vindo realizar-se à volta de processos judiciais pendentes com o objectivo de obter vantagens partidárias.

Infelizmente, alguns magistrados contribuem para essa situação e chegam mesmo a participar abertamente nesse debate sem para tal, obviamente, possuir a necessária legitimidade.

Com efeito, alguns desses magistrados não são capazes de manter a distância e a reserva que deviam ter e participam abertamente no debate político, mesmo quando ele se faz a partir de decisões de outros magistrados em processos pendentes.

Decisões judiciais legítimas já foram mesmo contestadas publicamente por esses magistrados, por razões manifestamente políticas.

Já se chegou ao ponto de o exercício legítimo das competências legais do próprio presidente deste Supremo Tribunal de Justiça, ter sido publicamente posto em causa por outros magistrados, unicamente porque as suas decisões não proporcionaram os efeitos políticos que alguns esperavam obter com elas.

E isso depois de se ter tentado condicionar o uso dessas competências através de decisões tomadas em primeira instância por quem não tinha competência legal para as proferir.

E, claro, tudo sempre atirado para a comunicação social com uma abundância de pormenores que já só espanta pela impunidade com que tudo isso acontece.

É neste contexto que se agravou o problema das permanentes e cirúrgicas violações do segredo de justiça em fases processuais em que os arguidos e os seus defensores não podem aceder ao processo.

Essas violações vão quase sempre no sentido de incriminar os suspeitos e de conduzir à formulação pública de juízos de culpabilidade sobre pessoas a quem a lei, ingenuamente, manda tratar como inocentes.

Há uma chocante promiscuidade entre certos sectores da investigação criminal e certos órgãos da comunicação social.



## SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

A gravação de conversas entre um jornalista e um juiz de um tribunal superior (que curiosamente desempenhava funções policiais durante a investigação do chamado «Processo Casa Pia»), gravação essa, aliás, efectuada ilicitamente por um dos intervenientes nessas conversas, esclareceu de forma lapidar qual a cultura e as preocupações que predominam em certos sectores das magistraturas e do jornalismo português.

Grande parte da investigação criminal faz-se para a comunicação social, com o intuito óbvio de criar artificialmente o alarme social necessário à aplicação de medidas de coacção mais severas e de condenações mais duras.

As violações cirúrgicas do segredo de justiça traduzem-se quase sempre em vantagens processuais para a acusação e em prejuízos para a defesa.

Em muitos casos os arguidos já chegam condenados à audiência de julgamento, sendo eles que têm de provar a sua inocência e não a acusação que tem de provar a sua culpabilidade.

A culpa necessária à condenação já fora previamente demonstrada na comunicação social, e de tal maneira, que ao julgador não resta outra alternativa que não condenar os arguidos, senão acaba ele mesmo condenado a preceito por certos órgãos de informação, através da já consagrada fórmula tabelar - «polícia prende, juiz solta».

Já se generalizou na sociedade portuguesa a convicção de que as violações do segredo de justiça não podem ser punidas porque certos jornalistas e certos jornais que publicam essas violações sabem demais.

Por outro lado, para certos órgãos de informação, a liberdade de imprensa transformou-se em pura «libertinagem de imprensa».

Perante a incapacidade dos jornalistas sérios e do próprio estado em proteger esse valor fundamental da sociedade democrática, esses órgãos de pseudo informação acusam, denunciam, especulam e caluniam, sob a orientação de fontes judiciais anónimas, sempre sem qualquer respeito pela dignidade humana e pelos direitos mais elementares das suas vítimas.

É tempo de pôr cobro a essa promiscuidade.

Os tribunais deixaram de inspirar confiança aos cidadãos.

Como se pode compreender que as gravações de conversas telefónicas, ordenadas por um juiz no âmbito de uma investigação criminal, sejam colocadas na Internet, mais concretamente no You Tube, depois de os visados terem sido absolvidos e o processo ter sido arquivado?

Como se pode compreender que essas gravações não tenham sido destruídas quando deixaram de ter relevância como meio de prova ou, pelo menos, com o trânsito em julgado da decisão que absolveu os arguidos escutados?

O segredo de justiça foi transformado numa verdadeira farsa e já tempo de lhe pôr termo - ou à farsa ou ao segredo.

Exmo. Senhor Presidente da República  
Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República  
Exmo. Senhor Primeiro Ministro

A justiça portuguesa terá também de responder por que é que alguns magistrados violam as imunidades dos Advogados, ao realizar buscas aos seus escritórios para obter provas que incriminem os seus clientes, sem que nenhum Advogado seja suspeito da prática de qualquer crime.

Não é próprio de um estado de direito, mas sim de estados terroristas, a realização de buscas a um escritório para apreender a correspondência de um Advogado com o seu cliente, sem que esse Advogado seja suspeito de participação em algum crime.



## SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Também não é juridicamente admissível (nem moralmente sério) constituir um Advogado arguido unicamente para legitimar processualmente a busca que se deseje.

Se um Advogado auxilia um seu cliente a cometer um crime - e, infelizmente, temos alguns que o fazem - então deve responder como qualquer criminoso, sem nenhum privilégio.

Mas se ele se limita a ajudar o seu cliente a defender-se em tribunal, então ele está a cumprir a sua obrigação profissional e, mais do que isso, está a desempenhar uma função importantíssima para o estado de direito.

Não compreender isto é não compreender os pressupostos básicos do funcionamento da justiça no mundo civilizado.

As imunidades profissionais dos Advogados, nomeadamente, a garantia do sigilo profissional, foram criadas como garantias dos cidadãos e, por isso, são tão importantes para a boa administração da justiça como o é a independência dos juízes.

É necessário que os magistrados portugueses respeitem o sigilo profissional dos Advogados, enquanto valor superior da ordem jurídica indissociável da boa administração da justiça.

Infelizmente, os ataques às imunidades constitucionais e legais dos Advogados não têm partido apenas de alguns sectores judiciais.

Também de certos departamentos governamentais tem havido tentativas de desqualificar a Advocacia portuguesa, procurando colocá-la sob o escrutínio de uma polícia dependente directamente do governo.

Exmo. Senhor Presidente da República  
Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República  
Exmo. Senhor Primeiro Ministro

O que se tem passado com as tentativas da ASAE em fiscalizar os escritórios de Advogados sob pretexto de verificar a existência de livros de reclamações só revela a incapacidade de alguns sectores do governo em compreender a essência da Advocacia.

Será próprio de um estado de direito democrático atribuir a um órgão de polícia criminal, como é a ASAE, competência para fiscalizar a actividade profissional dos Advogados?

O estado quer que a Advocacia portuguesa seja regulada pela Ordem dos Advogados com base num Estatuto aprovado por lei da Assembleia da República ou pretende também que seja o governo a regula-la directamente com base em decretos-leis avulsos?

O Governo da República reconhece e respeita a independência dos Advogados portugueses, ou, pelo contrário, entende que o exercício do patrocínio forense (que a Constituição da República define no seu artigo 208º como um elemento essencial à administração da Justiça), deve ficar, pelo menos parcialmente, sob o escrutínio de uma polícia económica dependente do próprio governo?

Sendo uma actividade privada, a Advocacia possui, no entanto, um relevantíssimo interesse público, já que é imprescindível à administração da justiça.

Ora, se o Estado delegou na Ordem dos Advogados os poderes para a sua regulação profissional, foi precisamente para salvaguardar a independência dos Advogados.

Portanto, não faz qualquer sentido, que o próprio estado venha depois avocar parte desse poder regulador para o entregar a um órgão policial, ameaçando, assim, a essência da profissão, ou seja, a sua independência.

Por isso, saudamos o Parecer do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República, recentemente aprovado, que, acolhendo as posições da OA, considerou que não é obrigatória a existência e disponibilização de livros de reclamações nos escritórios dos Advogados.



## SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Saudamos esse parecer porque ele reconhece o óbvio, isto é, que a Advocacia reveste especificidades que impedem que seja equiparada a uma qualquer actividade mercantil e os escritórios dos Advogados reduzidos a meros estabelecimentos comerciais.

Lamenta-se é que ainda haja magistrados que, não compreendendo ou não aceitando essas especificidades, tenham chegado ao ponto de equiparar a confiança recíproca que tem de existir entre um cidadão e o seu Advogado - confiança essa absolutamente necessária ao estabelecimento do mandato e ao efectivo exercício do patrocínio forense - à confiança que um consumidor deposita nos estabelecimentos comerciais do seu bairro.

São tão antigas as tentativas de desqualificar a Advocacia quão antigas são as tentações de domesticar os Advogados - umas e outras, felizmente, sempre foram e continuarão a ser votadas ao fracasso.

Exmo. Senhor Presidente da República  
Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República  
Exmo. Senhor Primeiro Ministro

Uma última palavra apenas para sublinhar, mais uma vez, a necessidade urgente de se rever o actual regime de custas processuais.

O Estado deve garantir o acesso à justiça a todos os cidadãos.

A ninguém mais é lícito fazer justiça senão ao estado, através de órgãos próprios que são os tribunais.

Por isso não pode o mesmo estado cobrar as elevadas quantias que cobra aos cidadãos e às empresas pela péssima justiça que lhes presta.

Infelizmente, as exorbitantes taxas de justiça exigidas nos nossos tribunais tornaram a justiça uma espécie de bem de luxo que, em bom rigor, o estado acaba por vender quase a preços de mercado.

É altura de pôr um fim a esta situação, tão escandalosa quanto é certo que em Espanha, aqui mesmo ao lado, a justiça é gratuita.

A gratuitidade da justiça é hoje uma exigência da cidadania republicana.

Os cidadãos e as empresas têm direito à justiça e não podem ser afastados dela apenas porque o estado, em vez de a prestar gratuitamente a todos optou por coloca-la ao alcance apenas de alguns.

E em ano de celebrações da República, esperemos que o Governo e a Assembleia da República estejam à altura das exigências republicanas em matéria de justiça.

Em nenhum país haverá democracia sem justiça e, em Portugal, não poderá haver justiça com um regime de custas processuais que impede tantas pessoas de ir a tribunal defender os seus direitos e interesses legítimos.

Muito obrigado.





## SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

### Sessão Solene de Abertura do Ano Judicial de 2010

---

#### *Discurso do Ministro da Justiça*

Dr. Alberto Martins

Ao celebrarmos o Centenário da implantação da República exaltamos a fundação do Estado republicano, democrático e constitucional. E lembramos entre as figuras republicanas a do primeiro responsável pelo Ministério da Justiça, Afonso Costa, que deu início a uma árdua tarefa de democratização da Justiça.

Hoje ao Ministério da Justiça cabe, nos termos da lei, a concepção, condução, execução e avaliação da política de Justiça definida pela Assembleia da República e pelo Governo e, ainda, no âmbito das suas atribuições, assegurar as relações do Governo com os Tribunais e o Ministério Público, o Conselho Superior da Magistratura e o Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, a Ordem dos Advogados e Associações Profissionais.

No cumprimento dessa missão é fundamental a ideia de consulta e aconselhamento estratégico. O funcionamento do Conselho Consultivo da Justiça, órgão que ao ter reunido por duas vezes nos primeiros 90 dias do novo governo, cumpre, também, essas atribuições mas adquire, igualmente, uma dimensão simbólica que revela a vontade institucional de diálogo, que se quer aprofundar em todas as suas dimensões.

Os desafios que se apresentam, ao poder político, aos responsáveis e operadores judiciais pelas circunstâncias da nossa estrutura social ou pela imposição da nossa matriz constitucional e jurídica, exigem um esforço e a uma responsabilidade partilhados, imunes a tentações ou instrumentalizações casuísticas.

Temos consciência da necessidade de continuar o processo reformista, iniciado pelo anterior governo, e da tarefa que a todos nos impele de alcançar maior eficácia e celeridade na Justiça; reforçar a prevenção e a repressão criminal; melhorar o acesso à justiça; melhorar a qualidade da legislação; consolidar o prestígio dos responsáveis e operadores judiciais; em suma, reforçar e credibilizar a confiança da comunidade no sistema de justiça.

O Governo orientará a sua acção no sentido de prosseguir os esforços para fornecer um serviço público de justiça que respeite os direitos humanos, mais próximo do cidadão, acessível a todos, mais célere e mais transparente, com mais e melhores vias alternativas de resolução de conflitos.

O Governo promoverá também a celeridade e eficácia da investigação criminal, criando melhores condições para que o Ministério Público e os órgãos de polícia criminal desempenhem as suas funções com as necessárias condições de eficácia.

Serão desenvolvidos Planos de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas e a fiscalização da respectiva execução. Será concluída a avaliação do impacto da revisão do Código do Processo Penal de 2007 e reforçados, no decurso da legislatura, os meios tecnológicos da investigação criminal.

O Governo dará especial importância ao contributo da justiça para a promoção do desenvolvimento económico, criando condições para a segurança jurídica, a confiança e a promoção de investimento. A qualidade do serviço público de justiça será promovida através da simplificação e reengenharia de processos; da utilização sistemática das tecnologias de informação e comunicação no sector da justiça; da alteração do paradigma legislativo, promovendo "menos leis, melhores leis"; e da avaliação sistematizada dos vários regimes jurídicos que se encontram em fase de concretização.

Há hoje um vasto consenso sobre a necessidade de utilização das oportunidades facultadas pela rápida expansão das redes electrónicas e das novas tecnologias de informação e comunicação, que importa usar em larga escala para fornecer um cada vez melhor serviço público de Justiça.

Para tal importa dotar os tribunais com mais e melhores meios informáticos, ligando-os em banda larga, e oferecendo-lhes aplicações informáticas fiáveis, úteis e seguras.



## SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

O método a usar para tal será assente no envolvimento permanente de todos os utilizadores. O objectivo comum - que só assim poderá ser atingido - é acelerar o ritmo da mudança.

O investimento e o esforço humano em que continuaremos a apostar permitiu já uma significativa redução de tempos e custos e uma poupança de recursos aos advogados, aos solicitadores, aos juizes, aos procuradores, aos oficiais de justiça, mas, sobretudo, aos cidadãos e às empresas.

É hora de consolidar, robustecer e expandir. Fá-lo-emos tendo em conta as propostas e observações feitas, de vários quadrantes e pelos utilizadores em concreto das aplicações.

Mas, modernizar a justiça implica, também, utilizar novos mecanismos que permitem um maior acesso do cidadão à justiça assim como formas mais simples, baratas e flexíveis de resolução de conflitos e de pacificação social. Assim, vamos consolidar a rede dos julgados de paz e imprimir acrescida eficácia à mediação e arbitragem como meios efectivos e práticos de resolução alternativa de litígios, harmonizáveis com o sistema judicial.

Estou certo de que terá boa repercussão no funcionamento dos tribunais e meios alternativos de resolução de litígios a execução do nosso plano global de informatização integral dos registos e notariado, de forma a concretizar o acesso universal e tendencialmente gratuito aos registos públicos, através da Internet.

Na presente legislatura, o Governo procederá a uma avaliação do novo modelo de organização judiciária, iniciado em três comarcas piloto, fazendo as correcções necessárias e adoptando as medidas que se mostrem necessárias em função das conclusões extraídas da avaliação.

No que diz respeito à formação dos magistrados, o Governo acentuará a vocação do Centro de Estudos Judiciários para a formação especializada, permanente, através de parcerias com outras entidades, impulsionando o recurso do ensino à distância, de forma a propiciar aos magistrados e funcionários novas formas de actualização e progressão da carreira.

Importa inserir os nossos debates e os nossos processos de mudança do sistema de justiça no contexto da Europa do século XXI, em que 27 Estados estão a construir um espaço de liberdade segurança e justiça. Os nossos objectivos comuns estão hoje sintetizados no Programa de Estocolmo, aprovado no passado mês de Dezembro, que nos vincula a todos a facilitar o acesso à justiça, ponto fulcral a nível nacional, mas também para tirar plenamente as consequências das oportunidades do espaço judiciário europeu, em especial nos procedimentos transnacionais.

Somos ainda confrontados com um novo patamar de democratização do processo legislativo da União Europeia. O reforço dos papéis do Parlamento Europeu e dos Parlamentos Nacionais, e a maior fiscalização do Tribunal de Justiça, acompanha um aumento significativo das competências em matéria de Justiça e Assuntos Internos, mais vocacionadas para o combate à criminalidade organizada, responsável pelo terrível flagelo do tráfico de seres humanos, para a prevenção do crime, a protecção das vítimas de crimes e para a luta contra o terrorismo.

O Tratado de Lisboa coloca, desta forma, a liberdade, a justiça e a segurança no centro das suas prioridades e oferecer-nos novas perspectivas de tendencial harmonização legislativa. Mas não esquece os cidadãos - confere-lhes a possibilidade de invocar judicialmente as disposições da Carta dos Direitos Fundamentais da UE que passa a ser juridicamente vinculativa.

As reformas da justiça são um processo continuado, consistente e partilhado, não devem estar ao abrigo de soluções fáceis ou tentações corporativistas ou imediatistas, exigem responsabilidade: uma ética de serviço público.

Uma justiça livre e justa, e igual para todos, é um desafio da República que todos temos o dever de honrar e cumprir



## SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

### Sessão Solene de Abertura do Ano Judicial de 2010

---

#### ***Discurso do Presidente da República***

Dr. Aníbal Cavaco Silva

A abertura do Ano Judicial é uma ocasião privilegiada para proceder a uma reflexão sobre o estado da Justiça em Portugal. Uma reflexão que se quer serena e desapassionada, livre de condicionamentos e de preconceitos corporativos, desde logo porque a Justiça, em Portugal, atravessa um momento delicado, feito de grandes exigências.

Diversos inquéritos e estudos de opinião mostram que a Justiça portuguesa enfrenta um sério desafio de credibilidade. Trata-se de um desafio que não se dirige apenas aos operadores judiciais, mas que interpela igualmente os agentes políticos e, muito em especial, os responsáveis pela actividade legislativa.

O problema da qualidade das leis é uma questão que, como sabem, tem estado no centro das minhas preocupações. A ele me referi, nesta mesma Sala, por ocasião da abertura do Ano Judicial, em 2009.

Considero, de facto, que a ausência de qualidade legislativa é um elemento altamente perturbador do salutar funcionamento do nosso sistema de justiça. Não me refiro apenas, como é evidente, a deficiências técnico-jurídicas nos actos legislativos ou à falta de soluções normativas claras e objectivas. Se fosse só este o problema, o trabalho interpretativo e correctivo dos tribunais permitiria, em boa medida, ultrapassá-lo.

No entanto, a questão da qualidade das leis engloba outras vertentes, as quais não são passíveis de ser resolvidas pelo poder judicial, acabando este, em última linha, por ser vítima de uma situação a que é alheio.

Verifica-se, desde logo, que muitas das leis produzidas entre nós não têm adequação à realidade portuguesa. Correspondem a impulsos do legislador, muitas vezes ditados por puros motivos de índole política ou ideológica, mas não vão ao encontro das necessidades reais do País, nem permitem que os Portugueses se revejam no ordenamento jurídico nacional.

É necessário legislar com mais rigor, mas sobretudo com mais ponderação e prudência e com maior sentido de adequação à realidade. A pretensão de mudar a realidade da vida pela força da lei raramente produziu bons resultados.

Em alguns casos, as leis produzem até efeitos contrários às pretensões dos legisladores. A lei do divórcio foi aprovada para diminuir a litigiosidade mas, após ter entrado em vigor, os litígios nos tribunais de Família e Menores terão aumentado substancialmente.

Este exemplo, entre muitos outros, evidencia a necessidade de legislar em estreita articulação com os aplicadores do Direito, pois estes conhecem a realidade, possuem um saber de experiência feito, um saber que deve ser ponderado por aqueles que fazem as leis.

Por outro lado, é essencial que exista um acompanhamento rigoroso e uma monitorização permanente da forma como são aplicadas as leis estruturantes do nosso sistema jurídico.

É fundamental verificar a que resultados práticos conduzem ou podem conduzir soluções normativas que são adoptadas em domínios vitais para a segurança dos cidadãos ou para a confiança dos agentes económicos.

Quando se legisla deve ser feito um esforço sério para antecipar as consequências potenciais das soluções normativas adoptadas.



## SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Não é difícil encontrar exemplos do que falo. No domínio do regime jurídico do divórcio, como é sabido de todos, chamei a atenção, no devido momento, para os problemas que poderiam surgir. Fi-lo em duas mensagens que dirigi à Assembleia da República, em 20 de Agosto e em 21 de Outubro de 2008, em que alertei para as dificuldades que a aplicação da lei poderia suscitar e para a possibilidade de aumento significativo da litigiosidade, tendo mesmo sugerido, aquando da promulgação, a adopção de mecanismos de acompanhamento do novo regime do divórcio.

Actualmente, os problemas suscitados pelo regime jurídico do divórcio são reconhecidos pela generalidade dos actores do sistema judicial e regozijo-me pelo facto de a nível político também já ser considerado que é necessário proceder a ajustamentos que são impostos pela própria realidade da vida.

Noutro domínio, o da responsabilidade civil extracontratual do Estado, tive igualmente oportunidade, em mensagem dirigida à Assembleia da República, em 24 de Agosto de 2007, de alertar para algumas disfunções que o novo regime continha. Também aí começam a surgir alertas relativamente aos resultados práticos a que pode conduzir a aplicação do regime em vigor e à necessidade de se realizar uma ponderação profunda sobre o equilíbrio interno dessa lei, até pelas desigualdades que a mesma potencia entre os diversos agentes do Estado.

No campo das leis processuais, com especial destaque para o Código de Processo Penal, é igualmente necessário realizar uma séria avaliação das soluções normativas adoptadas e dos resultados que produziram. Medidas acolhidas quanto à detenção fora de flagrante delito, quanto à prisão preventiva ou quanto ao prazo de conclusão de inquéritos de maior complexidade, apenas para dar alguns exemplos, conduziram a resultados que têm implicações muito sérias para a segurança dos cidadãos e para a prevenção, a investigação e o combate à criminalidade, em especial a criminalidade organizada e altamente violenta.

Finalmente, no quadro do combate à corrupção têm sido avançadas soluções normativas avulsas. No entanto, somos forçados a concluir que também aqui a legislação não se mostra ajustada à realidade, o que leva a que este tema regresse ciclicamente à agenda política, mas sem que daí tenham surgido resultados concretos considerados eficazes para a melhoria da transparência da nossa vida pública.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Existe um longo e difícil caminho a percorrer no âmbito da simplificação e celeridade processuais. Mas temos de actuar com rapidez, firmeza e determinação. Creio que é possível gerar consensos para encontrar soluções, pois ninguém se revê no actual estado de coisas.

Não podemos tolerar situações como a que ocorre, há já alguns anos, no domínio da acção executiva. Um país que tem, nos seus tribunais, cerca de um milhão de execuções pendentes é um país que enfrenta um sério problema de credibilidade como Estado de direito. De nada vale proclamarmos na Constituição que Portugal se rege pelo primado da lei, quando essa lei não chega em tempo útil à vida dos cidadãos.

A competitividade e a atracção do investimento não se compadecem com uma situação que fatalmente gera falta de confiança por parte dos agentes económicos.

Os atrasos na justiça e o congestionamento dos nossos tribunais alcançaram níveis preocupantes para a imagem de Portugal, seja aos olhos dos Portugueses, seja aos olhos dos nossos parceiros da União.

A justiça é também chamada a desempenhar o seu papel no combate à crise em que vivemos. Os investidores, os accionistas, os depositantes nas instituições bancárias, os empresários e os trabalhadores necessitam de uma justiça célere, capaz de ressarcir os lesados e punir as práticas fraudulentas, sempre que estas ocorram.

Não é compreensível, por outro lado, que, no quadro actual das contas públicas, o Estado enfrente grandes dificuldades na cobrança de custas judiciais, justamente em razão dos atrasos verificados na acção executiva. De igual modo, não é compreensível, nem prestigiante, que o Estado português seja objecto de condenações nas instâncias internacionais por atrasos no funcionamento do sistema de justiça.

Ainda a este respeito, é de registar, com preocupação, a situação de pendência de processos nos tribunais tributários de 1ª Instância, com um agravamento contínuo nos últimos cinco anos das pendências globais, atingindo, em 30 de Junho de 2009, mais de 39.000 processos.



## SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

A justiça tributária está, assim, confrontada com uma situação delicada a exigir medidas urgentes, por forma a prevenir os efeitos perversos em termos de prescrição de processos, com grave prejuízo para o erário público.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

No ano que terminou, esteve de novo em debate uma questão recorrente no funcionamento do nosso sistema judicial. Refiro-me ao problema do segredo de justiça e do relacionamento entre os agentes judiciais e os meios de comunicação social.

É essencial que exista uma relação transparente, disciplinada e serena entre a justiça e a comunicação social, pois é dessa relação que depende, em boa medida, a imagem que o aparelho judicial possui junto da opinião pública.

Não compete ao Presidente da República propor soluções normativas, sob pena de estar a interferir na esfera de acção própria de outros órgãos de soberania. Creio, aliás, que o problema das violações do segredo de justiça não é apenas um problema jurídico, mas também uma questão de cultura cívica e de responsabilidade.

É necessário que os operadores judiciais respeitem o segredo de justiça, como é imprescindível que os órgãos de comunicação social compreendam que não podem pactuar com uma situação que afecta princípios essenciais do Estado de direito, como o princípio da presunção de inocência.

A investigação criminal não deve ser perturbada por fugas de informação ou interferências externas. A investigação criminal tem de prosseguir o seu caminho até ao fim, com eficácia e tranquilidade.

As entidades de controlo e disciplina têm, neste domínio, que exercer uma acção mais atenta e vigilante, uma fiscalização mais rigorosa, a que se deve seguir a aplicação das devidas sanções sempre que se verifique que a lei não foi respeitada.

Sei que o cumprimento da lei é preocupação permanente dos magistrados. Sei que os magistrados portugueses actuam séria, honesta e discretamente e que, com independência, querem fazer bem o seu trabalho, como tive ocasião de frisar na Mensagem de Ano Novo que dirigi aos Portugueses. Agora, ao dirigir-me a todos os operadores judiciais, manifesto confiança e apreço pelo seu trabalho. Não duvido do seu empenho nem do seu esforço quotidiano, na difícil tarefa de lidar com leis complexas e muitos milhares de processos.

Portugal orgulha-se de ser um Estado de Direito, uma República democrática de cidadãos livres e iguais, onde ninguém está acima da lei.

Quero expressar, como Presidente da República, o meu respeito mais profundo pelos magistrados portugueses. E a todos desejo um ano judicial feito de trabalho e dedicação a uma causa comum, a causa da Justiça, a causa de Portugal.

Obrigado.



## SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

### Sessão Solene de Abertura do Ano Judicial de 2010

#### *Discurso do Presidente do Supremo Tribunal de Justiça*

Dr. Luís António Noronha Nascimento

Ciclo após ciclo, no mês de Janeiro, a abertura do Ano Judicial (com tradição sedimentada em inúmeros países europeus) é o momento certo para fazer o ponto da situação sobre questões nucleares, para rever o que não aprovou, para perspectivar o futuro sondável, para sonhar para além dos limites de Ícaro.

Por isso e porque o tempo não abunda, ousamos abordar superficialmente três pontos.

Desde logo, e em primeiro lugar, o posicionamento deste Supremo Tribunal como decisor último de questões socialmente relevantes e como uniformizador de questões jurisprudencialmente divergentes.

O que nos remete, afinal, para os novos regimes de recurso que, nos últimos três anos, entraram em vigor.

Três anos passados, é possível extrair já conclusões fundamentadas: no crime e no trabalho, o número global de recursos baixou substancialmente libertando este Supremo de processos que, aqui, jamais deviam chegar mas pondo uma questão nova e pertinente qual seja a de saber se o limite recursal fixado no processo penal não estará para além dos parâmetros admissíveis quando se joga com a liberdade do género humano; no cível, ao invés, não houve ainda qualquer abaixamento do número de recursos porque os efeitos do novo regime manifestam-se ao retardador o que significa que a carga decisória do Supremo incide, hoje, nesta área.

Os números confirmam-no: entre 2008 e 2009, os recursos laborais desceram de 359 para 304, e os criminais desceram, no mesmo período, de 1062 para 791 enquanto no cível, se mantiveram, no mesmo exacto patamar, 2473; temos, assim, que no ano transacto deram entrada neste Tribunal 3568 processos e foram julgados 3576.

Convém dizer que não se levou em conta nestes números o quantitativo global das reclamações e ainda que algo há a fazer para enfrentar esta disparidade, ou seja, usar os poderes delegados do Conselho Superior da Magistratura para alterar a composição numérica das secções do Supremo Tribunal.

A finalizar esta abordagem inicial, não é demais lembrar que a rapidez e qualidade das decisões deste Supremo se mantêm como imagem de marca no conjunto dos Tribunais Supremos dos países europeus.

Em segundo lugar, a panorâmica geral dos Tribunais portugueses.

Estamos no centro do furacão de uma crise económica despoletada há um ano, que os Tribunais já começaram a sentir e pela qual vão pagar.

Numa síntese recente, escrevia-se, em 9 de Janeiro, no editorial de Diário de Notícias: " Em Janeiro de 2010, muito pouco foi feito globalmente para criar estruturas reformadas e coerentes para as próximas décadas na área financeira. Há novos organismos de supervisão na Europa e nos Estados Unidos da América; há injunções sobre as boas regras a aplicar nos limites à remuneração dos banqueiros com visões contrastantes nos EUA e na UE; há algum progresso na transparência da maioria dos paraísos fiscais (não de todos). Quanto às agências de notações , nada" (fim de citação).

Ou seja, a regulação pouco funciona na grande maioria dos sectores da vida social, porque a defesa de interesses egoístas e/ou corporativos consegue calar, com frequência, o interesse geral como se constata de exemplos vários.

Um novo "boom" de acções de dívida desabarará provavelmente nos tribunais com efeitos nas famílias e no tecido económico mas as suas sequelas sociais directas pouco se notarão previsivelmente; o mesmo não se dirá



## SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

dos efeitos das insolvências em crescendo e da crescente criminalidade urbana que poderão arrastar consigo reflexos preocupantes no relacionamento com minorias imigradas no país.

Se os acontecimentos recentes ocorridos em Itália, a par da animosidade surda existente em países situados mais a norte, forem as primeiras manifestações de fenómeno mais vasto (e que nos lembram textos de Albert Memmi) poderemos estar no limiar de um retorno civilizacional perigoso.

Por fim a última questão: que juiz, que perfil de juiz virá a ter a União Europeia que há dois meses atrás deu luz verde ao Tratado de Lisboa?

Pergunta simples que contende, afinal, com o nosso futuro e que é tanto mais pertinente quanto é certo que as várias Europas tiveram já vários juízes.

A primeira Europa, a que nasceu das estruturas estaduais de Roma misturadas com o tribalismo dos povos bárbaros que migraram para poente, que fez o parto das nações que sedimentaram o continente, que criou as comunidades urbanas a partir do ano mil desenraizando populações e originando, por isso, os primeiros frades mendicantes, que rompeu o cerco do Mediterrâneo sul, essa Europa embrionária teve como juiz matricial o juiz de fora.

O juiz de fora era o juiz do rei; era o juiz que veiculava os interesses centralizadores dos reis iniciais na sua luta surda contra os interesses desagregadores dos grandes dignatários e contra a visão parcelar do juiz do povo, ou seja, o juiz das comunidades locais.

O juiz de fora não estava ligado à terra onde judicava, mas ao rei como veículo aglutinador daquele que figurava como ponto de chegada e de partida das nações europeias nascentes; o juiz de fora foi, assim, um pivot incontornável da primeira centralização régia e do parto inicial das nações que moldaram o continente.

Entre nós, o resíduo derradeiro que o juiz de fora nos legou foi extinto há vinte e cinco anos apenas, com a abolição do sexénio.

Depois, tivemos a segunda Europa e, com ela, o segundo perfil de juiz.

A segunda Europa nasceu com a Paz de Vestefália que enterrou os reinos dos reis e deu início aos estados modernos; o juiz deixou de ser, por isso, o juiz do rei e passou a ser o juiz do estado a tal ponto que a história que Radbruch nos conta do moleiro e dos juízes de Berlim, afrontando o rei da Prússia, é a transfiguração perfeita de um mundo novo.

Vestefália consagrou a igualdade dos estados fosse qual fosse a sua concreta dimensão e a total liberdade religiosa, no termo de uma longa guerra de rapina que refez o xadrez político da Europa e abriu a porta à modernidade que temos: surgiu o direito internacional com a liberdade dos mares, da navegação e do comércio com Grócio a estilhaçar o Tratado de Tordesilhas e a concepção do mar fechado, surgiu o aparelho do estado moderno com a lenta definição da relação hierárquica e do direito administrativo, a tipificação dos crimes e das penas, a não retroactividade penal, o direito das gentes e o direito natural como sustentáculo dos modernos direitos de personalidade.

E os sulcos foram profundos: porque, entre nós, esse direito natural, consagrado no art. 16º do Código Civil de Seabra, só deixou de ser fonte de direito há quarenta e dois anos atrás.

O juiz da segunda Europa passou a ser independente porque era o juiz do estado e não do rei; a separação de poderes e a inamovibilidade ou a vitaliciedade, como garantias da independência, foram-se sedimentando desde as visões iniciais de Edward Coke e de John Locke até às revoluções liberais dos séculos XVIII e XIX a par da formatação da cidadania das sociedades modernas.

E, agora, que juiz terá a União Europeia, integrando povos com línguas diversas e com aculturações seculares dispares?

A União começou por ser um mercado comum; depois, para o regular foi preciso um direito comum.

Mercado e direito têm sido, por isso, as argamassas da União precedendo os anseios de integração política.



## SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

E, no futuro, teremos um novo juiz, o juiz da União em contraponto aos juízes nacionais assumindo estes, em períodos críticos, o papel do novo juiz do povo enlaçado nos interesses dos povos que a União menos compreende?

Ou teremos os juízes nacionais como juízes da União, assumindo o espírito do futuro, transpondo para os estados a alma da União cristalizada no denominador comum que é a Declaração Universal dos Direitos do Homem (para nós, direito constitucional) e na Convenção Europeia dos Direitos do Homem (para nós, direito infraconstitucional)?

Há cerca de quinze anos, numa entrevista inesquecível ao "L'Express" o medievalista francês George Duby dizia que os europeus do segundo milénio estavam a recriar os pavores dos do primeiro milénio: o desenraizamento urbano e o medo das pestes e das invasões.

Talvez a resposta àquelas perguntas esteja na capacidade de a União superar os reflexos edípiacos dos seus pavores.